

REQUERIMENTO Nº 0002/06

Requer à Presidência da Casa que determine seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Saulo de Castro Abreu Filho, para que aquela Secretaria nos informe as razões que estão impedindo que os policiais civis com sede de exercício no Município de Guariba recebam gratificação a título de pró-labore, benefício este aprovado pela Lei Municipal nº 2.001, de 10 de setembro de 2004, cuja verba - além do crédito especial criado por ocasião da promulgação da Lei - já constou no Orçamento do Município de 2005 e também está prevista no Orçamento de 2006.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA:

Os vereadores que este subscrevem vêm, respeitosamente, na forma regimental e depois de ouvido o E. Plenário desta Casa, **REQUERER** à Presidência da Casa que determine seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Saulo de Castro Abreu Filho, para que aquela Secretaria nos informe as razões que estão impedindo que os policiais civis com sede de exercício no Município de Guariba recebam gratificação a título de pró-labore, benefício este aprovado pela Lei Municipal nº 2.001, de 10 de setembro de 2004, cuja verba - além do crédito especial criado por ocasião da promulgação da Lei - já constou no Orçamento do Município de 2005 e também está prevista no Orçamento de 2006.

JUSTIFICATIVA:

Não obstante a segurança pública ser de competência do Estado, entendemos que o Município deva também participar com uma política de incentivo aos integrantes de ambas as corporações, apesar do extremo profissionalismo e responsabilidade com que encaram a atividade policial. Por esta razão, o Executivo apresentou - e esta Casa aprovou por unanimidade - projetos de lei que autorizam o pagamento de pró-labore aos policiais militares e civis que trabalham em Guariba.

Desconhecemos as razões que estão impedindo ou dificultando o recebimento dessa gratificação pelos policiais civis, já que os policiais militares têm recebido praticamente desde a vigência da Lei. Por ferir normas internas não deve ser, pois os policiais civis da vizinha cidade de Pradópolis estão recebendo há mais de um ano. Temos conhecimento que em outras cidades da região e mesmo do Estado essa prática é bastante comum.

Assim, estamos solicitando esses esclarecimentos à Secretaria de Segurança Pública e solicitando que dê uma solução a contento ao caso, para que nosso valorosos policiais civis não se sintam prejudicados em relação aos colegas de outras cidades.

Sala das Sessões Mário Lourenço Petrini, em 07 de fevereiro de 2006.

Lido na Sessão de 07/02/2006	Despacho em 07/02/2006
Secretaria - Providenciado em: ____/____/____	Ofício nº ____/____
Marcos Henrique Osti - 1º Secretário	Cássio Aparecido Pereira - Presidente

REQUERIMENTO Nº 0002/06

Requer à Presidência da Casa que determine seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Saulo de Castro Abreu Filho, para que aquela Secretaria nos informe as razões que estão impedindo que os policiais civis com sede de exercício no Município de Guariba recebam gratificação a título de pró-labore, benefício este aprovado pela Lei Municipal nº 2.001, de 10 de setembro de 2004, cuja verba - além do crédito especial criado por ocasião da promulgação da Lei - já constou no Orçamento do Município de 2005 e também está prevista no Orçamento de 2006.

Roberto Luiz Carósio

PSDB - autor

Cássio Aparecido Pereira

Cássio Santa Cruz - PSDB - autor

Alírio Ludovino do Natal

Léo da Lavoura - PFL - autor

Dorival Silva

Bacaxi - PL - autor

Ginaldo Pereira de Moraes

PV - autor

Márcia Regina Scalon

Márcia do Branco - PL - autor

Marcos Henrique Osti

PTB - autor

Pedro Carlos Garcia Dias

PV - autor

Valdevino Alves de Almeida

Valdevino da Bocha - PTB - autor

Lido na Sessão de 07/02/2006

Despacho em 07/02/2006

Secretaria - Providenciado em: ____/____/____

Ofício nº ____/____

Marcos Henrique Osti - 1º Secretário

Cássio Aparecido Pereira - Presidente